

AINDA
HÁ FUTURO
PARA AS
“INSTITUIÇÕES CRISTAS”?

A revista *Service et Développement*, da Associação *Jeunes et Monde Interservice*, de Lyon, França, publicou no seu número de abril de 1969, considerações do padre R. P. Liege o.p., sobre o futuro das instituições cristãs. O documento é reproduzido na sua íntegra.

I. INTRODUÇÃO

Muitas pessoas na Igreja acreditam que as "instituições cristãs" (e é muito importante defini-las bem) devem inserir-se no processo do ajornamento conciliar. Começemos por Paulo VI, que assim se dirigiu aos católicos franceses por ocasião do jubileu da basílica de Nossa Senhora de Paris: "Entre vós há como que uma efervescência, um impulso permanente que suscita, seja no campo religioso ou no profano, a reflexão cada vez mais profunda — e às vezes sem grandes cerimônias — sobre a validade das instituições cristãs que, sem dúvida alguma, devem adaptar-se às exigências do nosso tempo, sem por isso deixarem de ser indispensáveis à propagação do Evangelho". (D.C. 21 de junho 1964).

No entanto, nem todos têm a mesma opinião a respeito dessa atualização (na mensagem pontifícia a alusão é bastante discreta). Algumas pessoas chegam ao ponto de desejar o total desaparecimento das institui-

ções cristãs, vendo nesse fato uma prova do consentimento pastoral da Igreja ao movimento de laicização da sociedade moderna. Outras pessoas, pelo contrário, sentem grande urgência na multiplicação dessas instituições, devido à grande necessidade de uma pastoral para as massas, em época de mutações e de socialização. A discussão já se iniciou, e deve ser bem clarificada, apesar de certos preconceitos que a tornam por vezes constrangedora. As autoridades eclesíásticas, às quais cumpre tomar decisões nesse sentido, só se poderão beneficiar com um livre debate do qual participem sociólogos, historiadores, teólogos e pastores.

Tentaremos, portanto, dar início a esse debate. Será necessário começar com a definição das instituições cristãs, situando-lhes a existência dentro da história da Igreja. Em seguida, virá o julgamento crítico, feito à luz da história e da teologia. Em último lugar, levantaremos alguns pontos para serem pesquisados a fim de chegarmos a um total esclarecimento do assunto.

1. QUE SÃO INSTITUIÇÕES CRISTÃS? QUEM AS FUNDOU?

A Igreja, em grande parte, tem caráter institucional, o que é fato evidente para a fé cristã, desde o dia de Pentecostes. A Igreja é histórica, vive e realiza sua missão através de mediações visíveis dentro da sociedade.

Adotemos, por alguns momentos, a perspectiva do sociólogo, que considera a realidade da Igreja abstraindo-se de qualquer atitude de fé. Sem dúvida, êle descobrirá um organismo de enorme complexidade. Verá diversidade desconcertante de instituições: organização administrativa, sacramentos, conteúdo ideológico, obra e movimentos, o estado soberano do Vaticano, escolas, hospitais, associações profissionais, peregrinações e lugares santos, estruturas comunitárias e colegiadas, etc.

Não poderíamos acusar o sociólogo de desrespeito à hierarquia daqueles valores, que são imediatamente reconhecidos, dentro dessa complexidade, por um fiel da Igreja; tampouco poderíamos censurá-lo por se interessar, eventualmente, por determinado aspecto da Igreja, a cuja amplitude não correspondesse idêntica ênfase evangélica. Um jornalista agiria da mesma forma. No entanto, seria lamentável que um fiel da Igreja (pastor ou teólogo) deixasse de insistir nessa ordem de importância, que estrutura a fachada institucional da Igreja, e afirmasse que nela tudo tem igual importância e se situa dentro do mesmo plano.

a) A Instituição Eclesial

A base institucional da Igreja é formada por aquilo que foi estabelecido e executado desde que a Igreja surgiu no mundo, a partir do dia de Pentecostes. A instituição eclesial tem, portanto, origem na vontade do fundador Jesus e na missão do Espírito Santo, da qual os apóstolos foram colaboradores. Pode-se ler, desde o início dos Atos dos Apóstolos, a descrição de uma Igreja que não perdeu tempo — nem mesmo para suspirar — em iniciar sua edificação, ao redor de um triplice princípio institucional: o princípio dogmático, encarregado das regras de fé, de sua expressão e de sua defesa na comunidade; o princípio hierárquico formado por um corpo pastoral que exerce missão e autoridade; o princípio sacramental, que preside a instituição cultural da comunidade dos crentes. Isto define a fé de tal forma, que uma Igreja sem profissão de fé, sem bispo e sem sacramento, não pode ser considerada a Igreja apostólica por um católico.

Nesse nível institucional fundamental, a Igreja reconhece sua indefectibilidade, segundo a promessa do Senhor. As forças da história, o pecado, as reformas, nada poderá abalar aquilo que o próprio Espírito quis estabelecer até o fim da Igreja terrestre. A reforma seria considerada uma revolução; ora, Jesus Cristo é o único que pode trazer a revolução para a Igreja — e Ele afirmou que não o faria. Instituição eclesial como tal deverá ser mantida a serviço da vida, sempre fiel à sua missão.

b) Instituições eclesiásticas

Com o objetivo de ajudar, prolongar e aprofundar a função da instituição eclesial, a Igreja enfrentou imediatamente riscos diversos, sempre com a assistência do Espírito e das instituições eclesiásticas. Por exemplo: liturgias, determinações administrativas, comunidades locais, costumes culturais ou disciplinares, instituições monásticas.

c) Instituições cristãs

Apesar dessa designação sumária, seria melhor dizer: instituições **temporais** cristãs. Ao contrário das instituições anteriores, elas se assemelham a outras tantas que pertencem à cidade dos homens, dentro da ordem da civilização; têm um fim imediato, que é o humanismo: cultura e organização social ou política da sociedade. O que lhes confere caráter cristão? O fato de serem dirigidas por cristãos, que levam em maior ou menor grau a Igreja para a esfera da vida pública, e de serem controladas muito ou pouco pela autoridade eclesiástica. Com que objetivo? O de participar da missão da Igreja, trazendo para a vida pública seus próprios organismos e presença. Há exemplos numerosos e diversos: o estado cristão, movimentos de educação cristã, associações familiares cristãs, imprensa cristã, assistência médica cristã, secretariados sociais cristãos, etc. Esta enumeração deixa entrever a elasticidade do termo "instituição", que permite o grupamento de instituições-movimentos, instituições-centros de estudo e de ação, instituições-governo. A elasticidade do adjetivo "cristã" é evidente: comporta tudo aquilo ao qual nos referimos anteriormente e que define a ligação da Igreja com determinadas instituições. No entanto, poderemos distinguir e relacionar tôdas as formas institucionais que não provêm diretamente do mistério da Igreja, embora estejam sociologicamente inseridas na esfera da existência eclesial; assim, um observador de fora, poderá acreditar que refletem mais a Igreja do que uma instituição propriamente eclesial ou instituições eclesiásticas.

5) A Igreja como Instituição Cristã

Do ponto de vista histórico, as instituições (temporais) cristãs constituem parte da cristandade. Mesmo que sua existência dentro da Igreja pudesse mais tarde ser justificada, não se pode negar que seu florescimento se verifica dentro de determinada situação da sociedade cristã. Essas instituições cresceram enormemente, uma vez que a Igreja da cristandade pretendia ter o controle total das instituições humanas, dentro dos termos de um acordo que unia a Igreja à sociedade.

Podemos ainda legitimamente falar daquele momento em que a Igreja se definiu "como instituição cristã". Sua ação pastoral compreendia, com mediação obrigatória, a instituição eclesial e as instituições cristãs; parece mesmo que estas foram mais importantes e eficazes do que aquelas e até capazes de substituí-las.

Ora, a cristandade não foi apenas um período histórico da vida da Igreja. Durou bastante e deu provas suficientes de solidez, pois forjou sua eclesiologia, teoria pastoral e direito canônico. As instituições cristãs, que existiam em virtude de um fato consumado, passaram a existir de direito. Eram então consideradas como entidade inseparável da obra ideal da Igreja no mundo.

2. AS INSTITUIÇÕES CRISTAS SUBMETIDAS A JULGAMENTO

A luz da eclesiologia que se está elaborando desde o Concílio Vaticano II, não há motivo para espanto com a discussão das instituições cristãs, uma vez que o atual Concílio implica na crítica do estatuto da cristandade. O julgamento crítico dessas instituições encontrará normalmente seu lugar no interior da crítica de uma pastoral provinda da cristandade.

Vejamos: onde quer que exista, bem ou mal, um tipo de mentalidade cristã refratária a qualquer tipo de crítica, existe enorme suscetibilidade em relação a qualquer crítica das instituições cristãs, por mais ligeira que seja. No máximo, far-se-ão concessões, mas nunca se admitirá discussão sobre os princípios que justificam o direito de existência dessas instituições. É que, nesse nível, não existem mais princípios relativistas.

Parece-nos muito positivo julgar as instituições cristãs com inteira liberdade uma vez que elas pertencem ao domínio contingente da vida da Igreja. O julgamento será feito levando-se em conta os princípios do relativismo dos fatos, coisa que é muito diferente de uma crítica simplista...

Encontramos duplo relativismo neste fato: a reflexão pastoral busca a **verdade** no modo de agir da Igreja, dentro da **contemporaneidade** de sua missão. Em primeiro lugar, temos um relativismo histórico: determinadas instituições cristãs tornaram-se inoperantes ou alienadas devido às mudanças do contexto sócio-cultural e religioso no qual a Igreja exerce sua missão? Em segundo lugar, temos o relativismo teológico: determinadas instituições cristãs poderão chegar a pôr em dúvida ou descrédito as leis teológicas da ação eclesial? Este relativismo contém, evidentemente, um tipo de crítica mais radical. Em termos da crítica histórica, se julgarmos que as instituições cristãs, ou algumas dentre elas, não correspondem atualmente às necessidades ou possibilidades da Igreja, poderemos, no entanto, acreditar que dia virá em que elas se integrarão de novo dentro de seu tempo. Em outras palavras, se as instituições que a cristandade conheceu até o momento presente não têm, hoje em dia, mais sentido, nem por isso deixaríamos de acreditar nelas e estudá-las, considerando-as como tese que deveria ser encaixada na Igreja do futuro. Portanto, é interessante que façamos julgamento crítico no nível histórico e, em seguida, no nível teológico.

a) A História julga as instituições cristãs

Em lugar de encararmos a cristandade como realização particular e ideal da Igreja de Jesus Cristo, seria mais objetivo ver nela determinada situação sociológica à qual a Igreja se adaptou efetivamente; considera-la-íamos conjuntura global da civilização à qual a Igreja uniu seu destino, sem pensar antecipadamente se essa decisão estaria ou não satisfazendo o espírito do Evangelho.

É, por isso, extremamente difícil saber se a Igreja quis fundar e escolher instituições cristãs, ou se estas lhe foram impostas, como quem recebe nos braços um filho legítimo. Para chegarmos a uma conclusão, enumeremos os motivos que presidiram ao nascimento dessas instituições. Façamo-lo sem qualquer julgamento preconcebido, tendo como única meta a constatação da diversidade dessas certidões de nascimento. Elas expressam, alternadamente:

- o desejo de ajudar os cristãos a viverem, em espírito de unidade, a fé que têm e a totalidade de sua vida humana;
- o desejo de proteger as fraquezas pessoais dos cristãos que ainda não atingiram a maturidade ou que nunca a atingirão, fornecendo a essas pessoas ambiente social;
- o desejo de reunir, em nome da Igreja, as comunidades humanas, para que a missão da salvação nelas possa mais facilmente ser exercida;
- o desejo de fazer com que a esfera da comunidade propriamente eclesial penetre mais profundamente no mundo;
- o desejo de proteger os batizados contra a hostilidade de instituições humanas tendentes ao paganismo;
- o desejo de enfrentar os inimigos da Igreja, organizados em instituições "leigas" e de defender os direitos da Igreja;
- o desejo de suprir, através da caridade, as instituições deficientes ou ainda não organizadas da sociedade humana;
- o desejo de aliar a Igreja a todas as realidades da vida pública e da civilização, para poder cristianizá-las e estabelecer uma ordem social cristã;
- o desejo de expressar, dentro das instituições, a unanimidade cristã real, ou considerada como tal — de uma comunidade humana; essa unanimidade é geralmente realizada ou decretada por princípios cristãos;
- o desejo de facilitar a adesão das massas ao cristianismo, através de um clima favorável, criado sob a influência dessas instituições;
- o desejo de realizar visivelmente a unidade do mundo, na forma de uma sociedade cristã identificada com a Igreja;
- o desejo do reino clerical e do imperialismo espiritual, que animou príncipes e religiosos, inspirados na teocracia judaica.

Esta enumeração não está completa; é apenas suficiente para iniciar a crítica histórica de cada instituição cristã. Veremos, então, que as instituições que nasceram para suprir uma deficiência da sociedade temporal, deixaram de existir, uma vez preenchida essa deficiência. Instituições ligadas a um regime de unanimidade religiosa, sancionado pelo estado cristão, perderão sua importância dentro de um regime de pluralismo ideológico, de secularização da sociedade. Instituições que foram fundadas para combater um perigo anticristão desaparecerão, uma vez que essa ameaça passe. Por outro lado, instituições que tiveram objetivos educativos ou provieram do espírito de caridade da Igreja, não serão tão marcadas assim pelo tempo, mesmo que tenham de se modificar. Quando os tempos mudam, as necessidades são outras. De nada adianta sobrecarregar a máquina eclesiástica com uma herança que prejudique as atividades pastorais do tempo presente.

Poderíamos acrescentar, igualmente, que o julgamento histórico permite a seguinte constatação: a ação pastoral que enfatiza excessivamente as instituições cristãs (o que aconteceu antigamente, como fruto da herança da

crisandade) não teve, nem de longe, os resultados que dela se aguardavam. Além de ter preparado mal os cristãos e a Igreja para a fidelidade ao Evangelho, no mundo moderno, não impediu com força suficiente o processo de descristianização, apesar de tôdas as suas ilusões e das promessas infundadas que recebeu. É uma afirmação genérica, que leva em conta determinadas instituições cristãs.

b) A teologia julga as instituições cristãs

A crítica teológica das instituições cristãs concorreu mais radicalmente do que a crítica histórica para lhes dar valor relativo. O fato é indiscutível e pode enunciar-se sob a forma de uma tese: para todo o sempre, a instituição eclesial será mais importante na vida e na ação da Igreja, do que as instituições cristãs. Por que? Por causa de Pentecostes. Comprometer o Espírito Santo numa e noutra coisa seria um atentado à fé.

Esta afirmação teológica tem elementos para controlar a existência e o funcionamento das instituições cristãs e criticar seu esclerosamento. Encarregar-se-á igualmente de afastar os temores, freqüentemente expressos, relativos a uma Igreja "desencarnada". O cardeal Liénart dizia o seguinte: "É necessário têrmos instituições cristãs... Por que? Para nos lembrarmos de que a Igreja que Nosso Senhor almejava é uma instituição visível, uma sociedade que, como tôdas as sociedades, tem necessidade de criar suas próprias instituições, sob pena de se desencarnar e deixar de ser uma sociedade visível". (Semana Religiosa de Lille, 17 de maio de 1964). Será que isto quer dizer que a Igreja dos Atos dos Apóstolos era uma Igreja desencarnada? Que aconteceu o mesmo com a Igreja dos primeiros séculos, que não possuía instituições cristãs? É evidente que o aspecto visível da Igreja se realiza, em primeiro lugar, no nível da instituição eclesial e das instituições eclesiásticas.

Depois de definir assim as instituições cristãs a crítica teológica, encarregada de zelar pelo mistério da Igreja, não mais a perderá de vista. Ela tomará suas precauções para que as instituições não secularizem a Igreja, enredando-a nas estruturas da sociedade temporal, que nenhuma contribuição, no entanto, lhe faria. Discutir-se-á, então, a transcendência da Igreja: ela não proveio dêste mundo, mesmo nas suas estruturas visíveis, mesmo inserida na história. Os riscos de sacralização e de secularização das realidades temporais trariam conseqüências danosas para ela, que deveria ser protegida pela lucidez teológica de sua consciência. Paulo VI observava êste perigo, ao dizer: "Fenômeno interessante: à medida que a Igreja, ao procurar animar sua vida interna com o Espírito do Senhor, diferencia-se e afasta-se da sociedade na qual está mergulhada, ao mesmo tempo mostra ser um lêvedo vivificante e órgão de salvação nesse mundo. Ela descobre e robustece cada vez mais sua vocação missionária." (Discurso de Coroação).

Isto quer dizer que, para ser autêntica, a Igreja deve zelar para distinguir-se (não cortar relações) das realidades temporais e que as instituições cristãs devem prestar bastante atenção a êsse fato, para não incorrerem em tal perigo.

Depois dêstes esclarecimentos, a teologia devolverá às instituições cristãs sua flexibilidade, que é conseqüência de sua relatividade. Lembrará a elas que a verdadeira tradição na Igreja está sempre ligada à reforma das coisas que não são imutáveis nem estão protegidas pelo carisma da indefectibilidade. As pessoas verdadeiramente tradicionalistas não dão valor absoluto àquilo que é relativo, pois temem que, em troca, o que é absoluto possa tornar-se relativo. Que quer dizer isto? Que as instituições cristãs, à luz de um julgamento teológico, são essencialmente passíveis de análise e de reforma. Não há necessidade de se quebrar lanças por causa delas; reservemos essa eventualidade para um testemunho relativo à instituição eclesial.

Depois de tudo, não nos devemos espantar com o que ocorre atualmente na renovação teológica da consciência da Igreja: ela inclui a crítica da importância indevida que as instituições cristãs haviam tomado dentro da ação pastoral. Não é falta de respeito fazer um levantamento sério das consequências desta crítica, tendo em vista uma ação pastoral mais pura e mais conforme a missão da Igreja e a seu diálogo de salvação com o mundo.

3. O FUTURO DAS INSTITUIÇÕES CRISTÃS

Depois do quadro crítico que levantamos, alguém poderia pensar que só resta um caminho para as instituições cristãs: seu desaparecimento. Alguns círculos cristãos têm, atualmente, esta opinião. O cardeal Liénart dizia: "Movidos pelo desejo de ir ao mundo, alguns cristãos, militantes e padres, questionam atualmente a utilidade das instituições cristãs. Parece-lhes que a Igreja não deveria manter instituições próprias, a fim de penetrar mais no mundo; os filhos da Igreja deveriam ser colocados em instituições seculares e nelas marcar a presença da Igreja, ali exercendo sua influência. É um exagero" (I.C.). Creio que esta conclusão é precipitada. Não obstante, é preciso aceitar lealmente as consequências de uma crítica histórica e teológica, que teve a sua razão de ser, em vez de continuarmos a defender sem nenhuma lógica, as instituições herdadas de um passado menos lúcido. Conhecemos a tentação que a pastoral enfrenta (e quem pode atirar a primeira pedra?): prolongar o *statu quo*, ao mesmo tempo em que êle é posto em dúvida através de discursos solenes...

Portanto, é preciso tentarmos descobrir o que acontecerá, no futuro, com as instituições cristãs, levando-se em conta o relativismo da crítica histórica e teológica, e a contemporaneidade da missão da Igreja.

a) A contemporaneidade da missão da Igreja

Sob a influência do Concílio, é fácil reconhecer que a Igreja deve ser, em primeiro lugar, uma Igreja missionária, voltada para a fé que deve despertar e desenvolver nos homens; é uma entidade presente no mundo e mantendo com êle um diálogo de salvação. Dito isto, não há necessidade de discussão para verificarmos as exigências capitais que irão condicionar o comportamento da Igreja e que deverão ser levadas em devida consideração pelas instituições cristãs. Vejamos algumas:

— A Igreja deverá tomar cuidado para não se comprometer com as instâncias temporais, a fim de que, através dela, se manifeste a transcendência do Evangelho;

— A Igreja deverá ter a preocupação da pobreza: pobreza de prestígio e de poderio e pobreza financeira e imobiliária;

— A Igreja deverá ter a preocupação de serviço à sociedade, sem usá-la nem incorporá-la a si mesma. Isto quer dizer em relação ao futuro: ela respeitárá os empreendimentos do mundo e terá atitude simpática para com seus projetos;

— A Igreja deverá ter a preocupação de não se afastar do mundo, do qual ela é distinta e deverá procurar entendê-lo cada vez mais. Isto leva a um tipo de fé que aprendeu a dialogar com os outros;

— A Igreja deverá procurar um tipo de fé que seja diferente da religião atávica, sem ser excessivamente sociológica;

— Portanto: a Igreja deverá rever sua forma de existência no mundo, encontrando-se a si mesma nessas diferenças e reconhecendo sua solidariedade intrínseca e ativa pelo mundo do qual ela é distinta. Tudo isto será feito sem secularização e sem clericalização, sem espírito separatista e sem municipalização, sem evasão e sem uma presença apenas para constar.

Se confrontarmos estas exigências com as instituições cristãs, veremos que a Igreja deverá examinar as possibilidades que elas têm, sem, no entanto, as dispensar, em massa. Vejamos algumas perguntas a serem propostas às instituições cristãs:

— Não estarão correndo o risco de fragmentar as mediações eclesiais da Palavra, agindo de fora para dentro e visando insuficientemente o coração dos homens preocupados com a Palavra?

— Por que esperam impacientemente o reino social do Cristo, não estarão correndo o risco de preencher o espaço entre a Igreja e o mundo com adesões superficiais?

— Não estarão procurando preferentemente união com o institucionalismo cristão do que com o Evangelho?

— Procurarão afastar-se suficientemente do farisaísmo? Acreditarão ter existido algum dia algum povo que tenha sido unânime e livremente cristão?

— Não estarão correndo o risco de juntar a agressividade e a violência ao zelo, assim como aconteceu às cruzadas de todos os tempos?

— Não estarão correndo o risco de confundir a unidade católica e a uniformidade sociológica de uma "ordem cristã" ou de uma "civilização cristã"?

— Não estarão correndo o risco de tranqüilizar os que estão na Igreja cedendo assim ao maniqueísmo que põe no mundo das trevas todos os não-católicos?

— Não estarão correndo o risco de dispensar os leigos do testemunho da fé e da evangelização propriamente dita?

— Não estarão correndo o risco de atenuar no Evangelho o sentido da vinda da Graça que é o encontro pessoal com o Deus vivo?

— Não estarão correndo o risco de prolongar indevidamente a suplementação que fornecem às instituições profanas?

— Não estarão correndo o risco de facilitar a preguiça, em assuntos de fé, protegendo-a ou enquadrando-a excessivamente?

— Estarão dando oportunidade a que cristãos dispostos ao diálogo dialoguem com os não-cristãos?

— Não estarão correndo o risco de confiar demais na "climatização" cristã, deixando de usar suficientemente o chicote da Palavra de Deus sem evangelizar na mesma medida em que praticam o batismo?

b) O momento da escolha

Ao cabo dessas perguntas, surgirá imediatamente uma discriminação dentro da herança das instituições cristãs.

Não resta dúvida de que "o estado de instituições cristãs", concretizado pela cristandade, deve, lealmente, ser abandonado, pois é incapaz de responder satisfatoriamente a essas indagações. Nunca foi, nem representa o ideal para Igreja. Não é compatível com a Igreja da renovação evangélica e da missão. A contemporaneidade da Igreja enfrenta críticas históricas e teológicas.

Portanto, daqui para a frente, pensaremos no que resta das instituições cristãs. Quais, dentre elas, deveremos manter e desenvolver e quais deveremos rejeitar? A parte as situações de fato, poderemos distinguir dois tipos de instituições cristãs, marcadas por seu significado pastoral.

Em primeiro lugar, as **instituições cristãs de poder**, que fazem a Igreja entrar no mundo, conferindo a ela poder e força. É uma força deste mundo, capaz de pressionar, de exercer influência externa e aliada, inevitavelmente, ao prestígio e às forças temporais: financeiras, sociais e políticas. São os estados cristãos, os partidos e sindicatos cristãos.

Em segundo lugar, temos as instituições cristãs de serviço, que levam fraternalmente a Igreja ao mundo, tendo como único objetivo trabalhar pela libertação do homem, pela unidade da comunidade, a serviço da fé. Têm objetivos verdadeiramente educadores.

Esta distinção poderá servir-nos de critério, apesar das dificuldades que existem para classificar as instituições, quer numa categoria, quer na outra. Todas as instituições de poder constituem ameaça para a autêntica missão da Igreja, desmentindo em profundidade a sua própria essência e a missão que deve ter no mundo atual. Tudo quanto possa levar as instituições cristãs de serviço para uma situação de poder deverá ser objeto de constante vigilância; é o que pode acontecer com uma instituição dedicada à assistência social ou à cultura que venha a se apoiar na riqueza de uma classe social ou resolva adquirir prestígio.

As verdadeiras instituições cristãs de serviço são muito diferentes, quaisquer que sejam os seus objetivos: o serviço da fé na comunidade dos batizados, e o serviço ao homem dentro da sociedade. Isto é indispensável, especialmente num mundo em que a educação tem valor permanente, em que muitas pessoas estão perdidas porque não se sentem identificadas com um grupo humano, em que tantos são vulneráveis, em que o homem e o cristão precisam receber ajuda para que se descubram a si mesmos, pessoal e coletivamente.

c) Atualização das instituições cristãs de serviço

Só há futuro para as instituições cristãs neste sentido. Deverão dedicar-se à educação, à opinião, à cultura, à assistência. Instituições muito antigas poderão sobreviver, se cuidarem de se atualizar, em relação à missão da Igreja e a um serviço humano e cristão que tenha utilidade. Talvez apareçam novas instituições, agindo em novos setores de serviço.

Não tenhamos, porém, ilusões: sua existência será sempre problemática e frágil e deverá ser constantemente vigiada para que não fuja à sua missão.

Em primeiro lugar, será necessário que elas cumpram, lealmente, o esquema humano de trabalho que constitui sua finalidade imediata: é questão de honestidade humana e de respeito pelas estruturas que caracterizam o mundo. Isto se aplica especialmente às instituições educativas, que deverão servir à comunidade humana através da formação de homens conscientes de suas tarefas na época em que vivem e pacificamente integrados na cidade temporal.

Em segundo lugar, será necessário que elas não confiem demasiadamente em suas próprias estruturas e que tenham respeito pela liberdade de consciência dos cristãos aos quais desejam ajudar. Concretizar-se-á, assim, a preocupação com a liberdade religiosa, que está na ordem do dia do Concílio. Por isso mesmo, será indispensável evitar que as instituições cristãs se arvorem ou dêem a impressão de se arvorar em concorrentes das instituições similares não cristãs.

Por fim, será necessário que elas não isolem a sua missão da missão total da Igreja, dentro de um lugar e época determinada. Elas não são a Igreja, mas um dos instrumentos da missão da Igreja. O particularismo dos interesses próprios da instituição deve ser pôsto de lado; deve-se procurar o que é melhor para a Igreja e sua missão no mundo.

CONCLUSÃO

Estamos chegando ao fim de nossa reflexão. Teremos sido, para uns e para outros, suficientemente objetivos? Algumas pessoas se impressionarão especialmente com o aspecto crítico que levantamos e manifestarão o receio de que êle prejudique a pastoral das massas, encorajando o secularismo, sem qualquer senso de realidade. Outras pessoas dirão que não fomos até o fundo

do problema, isto é, do benéfico movimento de secularização: a liquidação de todas as sequelas do sistema cristão, em benefício da presença clara e inequívoca da Igreja no mundo... Não seremos árbitros definitivos de um debate cuja apreciação está relacionada com situações herdadas e situações de fato, e também com a reflexão teológica e missionária. De que modo poderemos evitar uma posição sectária?

Já insistimos muito no relativismo das instituições temporais, quer sejam de serviço, quer de poder; não vamos pensar que as soluções encontradas, num e noutro lugar, sejam idênticas. A evolução se fará de forma progressiva, com prudência e verdadeira misericórdia pastoral. Parece-nos, porém, que o futuro da Igreja não se relaciona, em primeiro lugar, com o futuro das instituições temporais, mesmo que tenhamos a sabedoria de não desconfiar simultaneamente das instituições de poder e das instituições de serviço.

As instituições cristãs de serviço deverão ter, sempre, e em todos os lugares, a participação dos cristãos, ou na qualidade de funcionários ou de associados. Os serviços que prestam à missão da Igreja se realizarão plenamente através de uma grande e ativa presença de cristãos nas instituições não-cristãs, sem qualquer idéia preconcebida de superioridade, porém com a intenção longínqua da evangelização coletiva. Será importante que esses cristãos entendam bem o significado eclesial e recebam o apoio das comunidades da Igreja, como a paróquia ou o movimento apostólico.

Alguém poderá objetar — conforme a insinuação do cardeal Liénart — que as instituições cristãs serão sempre necessárias para os mais fracos: “Não resta dúvida de que a Igreja não deve isolar-se, os cristãos não devem afastar-se do mundo, sendo necessário encorajar as pessoas de boa formação, e as que têm personalidade mais definida, a ingressarem em instituições oficiais, internacionais e locais”. Parece-nos perigoso levar em consideração apenas este critério, mesmo sabendo-se que o cabedal fornecido pelas instituições educativas não é nada desprezível, especialmente entre os jovens. Seria preferível considerar, em cada caso, os motivos que levam à participação de instituições cristãs ou de inspiração cristã em instituições não-cristãs. A sabedoria pastoral da autoridade eclesiástica decidirá melhor do que qualquer lei universal. É assim, se é que entendemos bem, que se definem os esquemas conciliares sobre o apostolado dos leigos, a educação cristã e a Igreja no mundo de hoje.

O debate está aberto... É necessário que continue aberto, como condição do diálogo que se processa no interior da Igreja e como proteção contra as querelas sobre instituições temporais cristãs, que já empolgaram excessivamente os católicos.

BIBLIOGRAFIA

1. Cardeal Lefebvre, Rapport doctrinal, Tardy 1957, pp. 55-57
2. Cardeal Liénart, Allocution du 11 mai 1964 au Clergé de Lille, na Semaine Religieuse de Lille de 17 de maio de 1964;
3. Fr. Bourdeau, L'école chrétienne, institution d'Eglise? In Congrès de l'U.F.E. 1962, número especial de Orientations;
4. Bourdeau, Le critère d'opportunité des institutions chrétiennes, no boletim da F.S.F. 2.º trimestre de 1963;
5. J. Jolif, L'école Chrétienne, une institution à fonder? em Allez, enseignez, abril de 1962;
6. Les institutions chrétiennes et leur avenir, Jornadas de estudo da Faculdade Católica de Direito de Lille, 1961;
7. Les institutions chrétiennes et leur rôle dans la vie de foi de l'Eglise, número de La Lettre, setembro e outubro de 1963;
8. Mgr. Garonne, Les institutions chrétiennes, em Doc. Cath. de maio de 1966, 819-822;
9. A. Dondeyne, Le problème des institutions chrétiennes, em Revue du Clergé Africain, julho de 1966, 345-354;
10. Faut-il des institutions chrétiennes? Pesquisas e debates, Desclée de Brow, 1967.